



A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS MOLDES DA PEDAGOGIA TRADICIONAL: BREVE REFLEXÃO.

Rafael Nunes Braga¹

RESUMO

A educação é um processo que busca ensinar e aprender. Para tanto, faz-se necessário um modo de fazer. Um desses modelos é a pedagogia tradicional, que serviu de base para todas as outras pedagogias. Modelo esse que, apesar do tempo, ainda está presente nas escolas da sociedade moderna. A Educação Ambiental é um processo que busca, no indivíduo, a afirmação de valores e clarificação de conceitos. O presente artigo objetiva refletir acerca dos principais conceitos e características da Educação Ambiental e da Pedagogia Tradicional. Não se procura criticar, muito menos julgar, mas analisar a seguinte questão: Como queremos fazer Educação Ambiental em sua totalidade, se os moldes Tradicionais ainda fazem parte da escola? Esta discussão é um recorte da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade do sul de Santa Catarina – PPGE/UNISUL, intitulada: *Percepção Ambiental: uma análise a partir de histórias de professores residentes nas imediações do Rio Morto – Tubarão – Santa Catarina.*

Palavras-chave: Educação; Educação Ambiental; Pedagogia tradicional.

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE MOLDS OF TRADITIONAL PEDAGOGY: A BRIEF REFLECTION.

ABSTRACT

Education is a process which search teaching and learning. Thereunto, it is necessary a way to perform. One of these models is the traditional pedagogy that has been served as basis for other pedagogies. This model, despite the time, it is present in the schools in the modern society. Environmental Education is a process that searches in individuals the affirmation of values and clarification of concepts. This article aims to reflect about the main concepts and characteristics of Environmental Education and the Traditional Pedagogy. It is not important criticize or judge, but perform an analysis of the following question: How do we want to perform Environmental Education in its totality if Traditional Models are part of the school yet? This discussion is an excerpt of a Master degree Dissertation presented to the Post-Graduation Program of Universidade do sul de Santa Catarina – PPGE/UNISUL, entitled: *Environmental Perception: an analysis from histories told by professors living in Rio Morto surroundings - Tubarão – Santa Catarina.*

Keywords: Education; Environmental Education; Traditional Pedagogy.

1. INTRODUÇÃO

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina – PPGE – Unisul. Membro do grupo de pesquisa AnPAP-EA – UNISUL.E-mail: rafael.braga@unisul.br



O principal objetivo da sociedade atual é trabalhar e consumir. Não se procura o bem-estar, mas sim o onde estar. O mundo chamado capital vem tomando conta de tudo e de todos de maneira inexplicável, onde as pessoas não assumem a sua vida frente ao dinheiro e ao poder.

“O Mundo está numa correria, e está chegando perto do fim” – Giddens (2005) usa este pensamento de um arcebispo, proferido em 1914, para retratar os sentimentos da população naquela década. Esse pensamento seria aplicável na atualidade? Em certos termos, parece que foi proferido neste século. Caminha-se rapidamente para alcançar o *desenvolvimento*, mas de que desenvolvimento estamos falando? A que sociedade esse modelo de desenvolvimento atende? Inúmeros questionamentos emergem desta análise.

Não se pode negar que o desenvolvimento econômico pelo qual vivemos hoje traz consigo melhorias nas condições de vida para a sociedade como um todo, o que se verifica, por exemplo, na redução da mortalidade infantil, na expectativa de vida que tem se elevado, no percentual de adultos analfabetos que tem diminuído, no número de crianças na escola que tem aumentado, entre outros (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988), contudo, também traz consequências. Algumas delas de ônus profundo, que atravessam os séculos.

Os mesmos processos que trouxeram tais vantagens para a população humana geraram uma carga excessiva para o planeta, comprometendo sua capacidade de suporte, ou seja, comprometendo o equilíbrio dos ecossistemas. O relatório Brundtland, em 1988, já destacava que: “A cada ano, 6 milhões de hectares de terras produtivas se transformam em desertos inúteis [...] anualmente são destruídos 11 milhões de hectares de florestas [...] na Europa as chuvas ácidas matam florestas e lagos [...]” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE, 1988, p. 2-3) e a lista de ônus parece ampliar-se. Essas são apenas algumas das desvantagens para o ambiente, do desenvolvimento acelerado e de ações impensáveis do homem sobre a sua *casa*.

É interessante ressaltar que, muito antes de 1988 em 1635, segundo Siqueira (2000), as primeiras conservatórias visando à proteção do pau-brasil já haviam sido criadas; em 1797 a Carta Régia que tratava sobre a conservação das florestas foi assinada; em 1799 criaram-se

regras rigorosas para a derrubada de árvores; já em 1808, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado por Dom João VI como caráter conservacionista. Então, como podemos perceber, logo após a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, as diretrizes para a proteção ambiental começaram a ser definidas, mas, até hoje, muitas vezes, não são cumpridas.

A atual preocupação com a qualidade do meio ambiente começou, segundo Dias (2000), em 1952, quando 1600 pessoas morreram por conta do ar poluído da cidade de Londres. Anteriormente a esse fato, no ano de 1951, ocorreu a contaminação por mercúrio da baía de Minamata, Japão, onde foi constatado que a contaminação de peixes por mercúrio atingiu as pessoas que se alimentavam deles (GONÇALVES, 2006).

Na década de 60, deu-se o aparecimento do movimento ecológico, fato este que forçou a criação de diplomas legais como forma de guiar a preservação (SIQUEIRA, 2002).

A partir dos anos 80, ainda de acordo com Siqueira (2002), o homem passou a perceber-se como parte integrante do meio natural, ou seja, que faz parte do todo, da Biosfera.

Contudo, a percepção mais apurada do ser humano em relação ao meio ambiente alterna-se a eventos e processos de grande destruição e mescla-se ao longo do tempo e espaço.

Guimarães (2004, p. 47) coloca que:

O ser humano, ao se perceber diferente da natureza (daí para o desigual é um pequeno passo), vai afirmando cada vez mais, respaldando pela lógica binária (A diferente de B, logo A não é B), que nós (seres humanos) não somos natureza. Fato que ressalta a perspectiva de exclusão da lógica binária, o que reforça o sentimento de não-pertencimento, contrapondo-se à visão de complementaridade. (GUIMARÃES, 2004, p. 47).

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento reuniu-se pela primeira vez no ano de 1984 e, até o ano de 1987, quando o relatório Nosso Futuro Comum ficou pronto, várias catástrofes ocorreram:

- Na África, a crise devido à seca pôs 35 milhões de pessoas em risco e matou cerca de 1 milhão;
- Em Bhopal (Índia), um vazamento em uma empresa de pesticida matou aproximadamente 2 mil pessoas e deixou mais ou menos 200 mil cegas ou feridas;

- Na Cidade do México, tanques de gás explodiram deixando milhares de desabrigados e matando cerca de mil pessoas;
- Em Tchernobil, com a explosão de um reator nuclear, toda a Europa foi atingida, aumentando o risco de câncer (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE, 1988).

A partir de 1960, a temática ambiental começou a ser abordada no ensino de Ciências no Brasil, porém de forma muito reduzida. “A percepção dos efeitos globais, resultantes da ação local das atividades humanas, ainda era incipiente e ficava reduzida a algumas advertências praticadas no meio acadêmico” (DIAS, 2000, p. 77).

A obra *Primavera Silenciosa*² de Rachel Carson, lançada em 1962, tornou-se um ícone ao tratar com propriedade o descuido e irresponsabilidade dos setores produtivos para com a natureza (DIAS, 2000).

O desenvolvimento humano pôs o planeta em risco. Se continuássemos nas cavernas, provavelmente não enfrentaríamos problemas de ordem ambiental, já que, na concepção de Lima (1984), o ser humano primitivo não provocava grandes desequilíbrios nos processos metabólicos e reprodutivos do ambiente que regulam o sistema de suporte de vida na terra, uma vez que esses desequilíbrios ocorriam em escalas passíveis de manutenção e estabilidade.

Entretanto, quando assumimos a postura de seres modificantes do ambiente, seja ele físico ou natural, por meio da “realização do trabalho; organização das comunidades humanas em sociedades; evolução das sociedades primitivas para sociedades civilizadas” (LIMA, 1984, p. 33), devemos assumir, também, os riscos e consequências do que criamos e enfrentá-los.

Nesta direção, a relação *homem x natureza* passa de um processo passivo para *agressivo*, tanto à natureza, quanto ao próprio homem. Pois a agressão à natureza atinge direta ou indiretamente a vida humana, colocando, assim, a existência humana e planetária em cheque.

A visão tradicional de que o mundo foi criado para o bem do homem e as outras espécies deviam ser subordinadas as suas necessidades e desejos (THOMAS, 1988) deve ser deixada de lado, pois há indícios suficientes de que o homem é apenas mero coadjuvante nessa

² Rachel Carson, Bióloga Marinha e escritora, em sua obra *Primavera Silenciosa*, condenava o uso indiscriminado de agrotóxicos ou pesticidas.

teia da vida. Igualmente importantes são todos os elementos e recursos existentes neste planeta, sem os quais a vida na terra não existiria, nem tão pouco se manteria.

Já em 1972, na Conferência de Estocolmo³, apontou-se que seriam indispensáveis mudanças no modelo de desenvolvimento, no comportamento dos indivíduos e da sociedade de um modo geral, e que essa visão tradicional do mundo deveria ser banida da mente humana, também que tais mudanças só seriam atingidas através da educação (DIAS, 2000).

Esta não é das tarefas mais fáceis, visto que, na própria Universidade, a oposição homem versus natureza acontece. De um lado, temos as Ciências da Natureza e, de outro, as Ciências Humanas, radicalmente separadas como se houvesse uma alfândega que controlasse as fronteiras de cada uma das áreas do conhecimento (GONÇALVES, 1989).

Há um desafio, então, na sociedade. Um desafio onde paradigmas devem ser quebrados (GUIMARÃES, 2004), valores precisam ser revistos e construídos e a ética, além de outros, deve ser impregnada na sociedade dita moderna.

Uma das formas de se alcançar a mobilização social para a mudança de visão de mundo da sociedade humana é através da Educação e, mais particularmente, da Educação Ambiental, já que esta é considerada uma *ação educativa*. Ação porque deve ser realizada por toda a sociedade, e educativa porque parte do princípio que a educação gera mudanças, tanto em aspecto natural como social (TAGLIEBER, 2004).

A Educação, na presente sociedade, deve procurar, acima de tudo, fazer com que a pessoa se coloque como cidadão, respeitando, primeiramente, seu próprio ser, sabendo que de nada vale dinheiro e poder sem vida. É esta educação que desmistificaria os conceitos que a sociedade já possui, como o conceito de consumo, por exemplo.

Sendo assim, esta clarificação de conceitos e atitudes pode ser realizada, também, através da Educação Ambiental. O Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992, apud DIAS, 2000) reconhece a Educação

³ A conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento, realizada no ano de 1972 em Estocolmo, na Suécia, foi um marcante evento que contou com a participação de 113 países, como uma tentativa mundial de repensar as relações de Homem e Meio Ambiente. A sociedade científica já detectava graves problemas ambientais por razão da poluição atmosférica provocada pelas indústrias.

Ambiental como sendo um processo de ensino-aprendizagem permanente, que se baseia em todas as formas de vida e ainda destaca que:

[...] Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992 apud GUIMARÃES, 2001).

Contudo, o fazer Educação Ambiental na sua totalidade e o respeito como processo, esbarra na difícil barreira que está presente nas escolas atuais: os moldes tradicionais de ensino.

O presente artigo objetiva refletir acerca dos principais conceitos e características da Educação Ambiental e da Pedagogia Tradicional. Não se procura criticar, muito menos julgar, mas indagar a seguinte questão: Como queremos fazer Educação Ambiental em sua totalidade, se os Moldes Tradicionais ainda fazem parte da escola?

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM BREVE PERCORRER POR CONCEITOS E OBJETIVOS.

São vários os conceitos e objetivos descritos sobre Educação Ambiental. No presente trabalho serão apontados apenas os conceitos e objetivos que parecem ser de fundamental importância.

Tozoni-Reis (2003) vê a Educação Ambiental enquanto educação. Afirma que Educação Ambiental é uma dimensão da educação que imprime, ao desenvolvimento individual, um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos.

Apesar de a Educação Ambiental ser uma dimensão da educação, esta é mais que uma disciplina, pode ser considerada uma ideologia que se apoia em um conjunto de ideias que conduz a uma melhor qualidade de vida, tornando-se, assim, uma filosofia de vida (PHILIPI JUNIOR e PELICIONI, 2000).

Sato (2004) ressalta aspectos conceituais de Educação Ambiental pautando-se ao que foi determinado na Conferência de Tbilisi em 1977, onde a Educação Ambiental deve ser vista

como um processo. Processo este que procura despertar a preocupação individual e coletiva sobre a questão ambiental, garantindo, assim, que todos tenham acesso às informações em linguagem adequada, contribuindo para a construção de uma consciência crítica para as questões ambientais e também sociais. Essa consciência segundo Mousinho (2003, apud BRASIL 2007) deve-se desenvolver em um contexto complexo, onde busque-se a transformação social e não apenas a mudança cultural.

Uma (2001, apud REGHEIN, 2002) destaca, ainda, Educação Ambiental como:

Um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo ensino-aprendizagem pretendido, participando ativamente no diagnóstico dos problemas e busca de soluções, sendo preparado como agente transformador através do desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes, através de uma conduta ética, condizente com o exercício da cidadania. (UMA, 2001, apud REGHEIN, 2002, p. 26).

Considera-se a Educação Ambiental como sendo um processo de educação política que possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades, que desperta no ser humano a percepção de forma reflexiva e crítica dos mecanismos sociais, políticos e econômicos para que este possa realizar suas atividades de forma responsável e consciente, tendo, assim, consciência dos seus direitos e deveres enquanto cidadão, em busca da melhoria de sua qualidade de vida (DIAS, 2000; DAMIAN, 2004).

Para Higuchi e Azevedo (2004), a Educação Ambiental é considerada um elemento fundamental na promoção de mudanças de comportamento, promovendo a formação da cidadania ambiental baseada na ética. Sendo assim, fazem-se necessárias ações educativas que promovam uma consciência coletiva e não individual.

A EA é vista como uma preparação de pessoas para a sua vida enquanto membros da biosfera; é a aprendizagem de como gerenciar e melhorar as relações entre a sociedade humana e o ambiente, de modo integrado e sustentável; é o aprendizado para compreender, apreciar, saber lidar e manter os sistemas ambientais na sua totalidade; significa ainda aprender a empregar novas tecnologias, aumentar a produtividade, evitar desastres ambientais, minorar os danos existentes e tomar decisões acertadas; aprender a ver o quadro global que cerca um problema específico – sua história, seus valores, percepções, fatores econômicos, e os processos naturais ou artificiais que causam e que sugerem ações para saná-lo (SÃO PAULO, 1997 apud DAMIAN, 2004 p. 17).

Para a formação de um cidadão crítico, faz-se necessário um processo de Educação Ambiental. Uma Educação Ambiental crítica, na qual a prática educativa é a formação do sujeito enquanto ser individual e social. A Educação Ambiental não se reduz a uma prática centrada apenas no indivíduo, e nem centrada apenas na coletividade. [...] A “tomada de posição de responsabilidade pelo mundo supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente, sem dicotomizar e/ou hierarquizar estas dimensões da ação humana” (CARVALHO 2004, p. 20).

A partir da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, Capítulo I, Art. 5º, são considerados objetivos da Educação Ambiental:

- I – o desenvolvimento de uma concepção integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II – a garantia de democratização das informações ambientais;
- III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI – o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. (BRASIL, 2007).

Erkman (2006) afirma que, para ocorrer um programa efetivo de Educação Ambiental, deve-se, simultaneamente, promover a construção do conhecimento, atitudes e habilidades necessárias para a preservação e melhoria da qualidade ambiental.

Sendo assim, essa Educação Ambiental, que tem por característica ser considerada uma ação educativa deve, necessariamente:

[...] estimular a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em níveis local,

nacional e planetário (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1995, p. 01).

Não podemos considerar como algo rápido de acontecer, pois, segundo Gonçalves (1990), este é um processo longo e contínuo de construção de conhecimento, onde o envolvimento de todos se faz necessário, e completa dizendo que deve ser tomado como filosofia de vida. É, acima de tudo, “[...] um processo por meio do qual as pessoas aprendem como funciona o ambiente, como dependemos dele, como o afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade” (DIAS, 2000, p. 100).

O Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1995), como já citado anteriormente, reconhece a Educação Ambiental como sendo um processo de ensino-aprendizagem permanente, que se baseia em todas as formas de vida. Processo este que, além de se basear na relação ensino-aprendizagem, deve buscar uma ressignificação da vida. É necessário que todos os habitantes deste planeta tomem uma posição, pois a Educação Ambiental tem descrito, em seus princípios, a vinculação entre ética, educação, trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 2007), o que seria, então, a educação desejável para o século atual, pois considera o aluno na sua totalidade.

Sendo assim, a Educação Ambiental deve estar além das salas de aula, precisando mergulhar na sociedade de maneira objetiva e clara, buscando a mudança social e, como sugere Guimarães (2004), sair da armadilha paradigmática.

Com o individualismo tomando conta da sociedade atual, quem vem a sofrer as consequências é a própria sociedade, que acaba vivendo apenas para si mesmo e não para o mundo.

Essa armadilha paradigmática é criada pelo modo de produção vigente na sociedade atual, onde o que vale é o capital e não a vida. Pois a vida, na sociedade atual, é deixada de lado, o tempo para viver é superado pelo tempo de ganhar, acumular bens materiais, ou seja, a vida está em segundo plano. Neste caso, será necessária, para a quebra de paradigmas, uma educação transformadora, assim como já visto no estabelecido pelo *Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, no Fórum Internacional das

ONGs (1995), que reconhece a educação como direito dos cidadãos e defende a educação transformadora, de pensamento, de opinião, de atitudes.

Figueiredo (2006, p. 4) retoma, ainda, tal pensamento, afirmando que “temos paradigmas, modelos de percepção que estabelecem modelos de ação que funcionam como braços para o domínio capitalista mundial na versão desse quadro”. Completa afirmando que “Precisamos propor uma perspectiva mais abrangente. Não mais um projeto de domínio da natureza, mas um de ‘trans-ação’ com a natureza”. Ou seja, uma ação que transcende a dimensão de apropriação da natureza, mas conjuga a essência das relações de introspecção com a natureza, diluindo-se nela.

Deste modo, a Educação Ambiental deve ser vista como uma ação para a transformação, para que consigamos a mobilização individual e coletiva e não somente como uma prática pedagógica. Ela não é uma fórmula mágica que faz com que as pessoas se tornem conscientes da importância do ambiente para a vida como um todo. A sociedade atual está atrelada ao desenvolvimento não sustentado das relações dos integrantes deste ambiente, fazendo com que a teia de relações se estabeleça de maneira desarmonizada.

A Educação Ambiental é, para Brandão (2005, p. 48), “a aposta em uma ética profundamente afetiva, carregada de ternura e desejo de harmonia para com todos e com tudo. E ela só ensina limpar o lixo do rio quando ensinou antes, ou ao mesmo tempo, limpar a alma do desamor”. Ou seja, a Educação Ambiental pauta-se no amor, na harmonia, na cumplicidade entre todos os seres. No agregar de conhecimentos, sentido e sentimentos. É uma educação que se faz com confetos (Conceitos + Afetos) na concepção de (ZAKRZEVSKI; SATO, 2004).

O movimento da sociedade atual, para com as questões ambientais, vem se tornando imprescindível para uma tomada de consciência e para perceber, de modo diferente, as relações com o ambiente. O que muitas vezes ainda questionamos é a respeito de quando conseguiremos quebrar o paradigma e promovermos a mudança. Mudança de pensamento, de atitude, e principalmente de re-tomada de valores essenciais à vida.

Mudança! Palavra que traz consigo o imprevisível e o indeterminado, a desordem e a ordem, a criatividade e a esperança e que traduz a dinâmica da natureza da matéria e enriquece o nosso diálogo com a vida. Palavra que nos faz *sentir-pensar*, que favorece a aprendizagem da “escuta - poética”, a

pedagogia da “espera-vigiada” e que nos permite ser ator e construtor de nossa própria história e não mais espectadores desconectados do mundo da vida. É por meio da mudança que podemos compreender que a intenção molda a ação e a realidade, que o tempo é construção e que ainda existe espaço para a utopia e para os sonhos, sinalizado-nos que sempre é tempo de construção e reconstrução do mundo e da vida, que é chegada a hora de se reencantar a educação (MORAES, 2003, p. 198, inspirado em FAZENDA, 2001).

Como conseguiremos tal mudança? Será dado à vida o valor que lhe é cabível? Qual o papel dos sistemas de ensino frente a esse desafio? A escola, que é a base do ensino formal, está preparada para superar esse desafio? Ou se coloca superior a tudo e a todos como no auge da pedagogia tradicional?

Guimarães (2006) afirma que:

O que chamamos de pedagogias tradicionais, na verdade, é uma reação ao modelo hegemônico anterior, o dominado currículo clássico, que objetivava transmitir o que era visto como superior e universal (línguas, retórica, poética, história e música), visto como equivalente ao que havia de mais nobre e aos meados do século XX, mediante a relativa ampliação do acesso aos ensinamentos médio e fundamental e à adoção de um perfil curricular mais prático-instrumental, como parte do movimento de industrialização nacional e de desenvolvimento tecnológico, o que trouxe novos sentidos ao que se pretendia com a educação formal. (GUIMARÃES, 2006, p. 54).

3. PEDAGOGIA TRADICIONAL: ALGUNS ASPECTOS

A Pedagogia Tradicional é considerada uma concepção pedagógica que está presente em muitas escolas da atualidade, nem sempre em sua totalidade, mas em partes. Apesar de muitos educadores serem contra essa concepção pedagógica, ela perdura. Segundo Mizukami (1986), esse fazer pedagógico passou a fornecer um quadro referencial para todas as demais abordagens.

O molde da pedagogia tradicional trata o professor como um ser superior, como sendo uma figura imprescindível na construção do conhecimento. O ensino tradicional concentra-se todo no saber do professor, onde o mesmo é o detentor do conhecimento, e o aluno, um simples ouvinte (SNYDERS, 1974; MIZUKAMI, 1986).

Cabe ressaltar como os alunos são tratados na pedagogia tradicional, uma prática pedagógica que não considera o aluno como sujeito ativo na construção do conhecimento. Trata-o como sendo mero coadjuvante no processo ensino-aprendizagem.

O aluno na Pedagogia Tradicional não é considerado na sua individualidade. As diferenças de cada um não são respeitadas. Todos são tratados de uma única forma, indiferentemente das dificuldades que apresentam. O caminho no sentido do saber é o *mesmo* para todos os alunos (FRANÇA, 2001).

Saviani (1988) classifica essa pedagogia como intelectualista e, às vezes, como enciclopédica, pois os conteúdos são separados da experiência do aluno e das realidades sociais, o que vale é uma educação formalíssima e acrítica.

O aluno na Pedagogia Tradicional é *educado* para ser submisso a um sistema ou, como trata Saviani (1988), acrítico. Não interessa, nos moldes dessa pedagogia, alunos críticos e que não se calem para um sistema. Segundo Libâneo (1998), o papel fundamental da escola tradicional é educar para que o aluno consiga assumir seu lugar na sociedade, ou seja, já existe um lugar onde o mesmo deve se enquadrar, não existindo possibilidade de troca de papéis e lugares na sociedade.

Desta forma, a criticidade do aluno não é aguçada, pois alunos críticos não interessam ao sistema. Libâneo (1998) salienta que a escola possui compromisso com a cultura e que os problemas sociais são pertencentes a toda a sociedade.

Mizukami (1986) analisa a pedagogia tradicional a partir de algumas categorias básicas para a sua compreensão:

- Homem – O homem, para esta concepção pedagógica, está inserido no mundo e irá conhecê-lo a partir das informações que lhes serão repassadas por alguém. O homem pode ser considerado um receptor passivo de informação. Na pedagogia tradicional, o homem é considerado uma “Tábua rasa, na qual são impressas progressivamente, imagens e informações fornecidas pelo ambiente” (MIZUKAMI, 1986, p. 9). “A escola é responsável pelo progresso (...). O conhecimento vem da experiência. Portanto, pode-se sustentar a ideia de que se quiser saber alguma coisa é necessário aprendê-la, porque

realmente viemos ao mundo com a mente nua como uma tábua rasa, sem saber fazer nada” (COMENIUS, 1996, p. 121);

- Mundo – O real é algo a ser transmitido ao indivíduo através da educação formal; “O mundo é externo ao indivíduo e este irá apossando-se gradativamente de uma compreensão cada vez mais sofisticada dele na medida em que se confronta com os modelos, com os ideais [...]” (MIZUKAMI, 1986, p. 9); esta é a visão de mundo na pedagogia tradicional. O homem não faz parte do mundo, ele é externo a este.
- Educação - “Educação como produto” (MIZUKAMI, 1986, p. 9). A educação não é vista como uma possibilidade de mudança ou de transformação do indivíduo. Ele é visto como um produto a ser gerado para um sistema. O que, segundo Paulo Freire, seria uma educação Bancária, ou seja, uma educação que “deposita no aluno conhecimentos, informações, dados, fatos” (MIZUKAMI, 1986, p. 10). Tal tipo de abordagem tem caráter individualista, não possibilitando, na maioria das vezes, trabalhos cooperativos.

Estas concepções contrapõem-se a todos os preceitos da Educação Ambiental, já que tolhem o potencial transformador do ser humano. Desconstituem, portanto, a essência do que é vital para a Educação Ambiental crítica e transformadora: a formação do *sujeito*, posto como elemento ativo de todo o processo de construção da sociedade. Restringem, assim, a capacidade do educando de ser crítico e discordar do que está posto, de agir e intervir.

Figueiredo (2006) corrobora com os pensamentos acima quando afirma que:

A Pedagogia Tradicional nos parece emergir de uma leitura de mundo positivista, cartesiana, capitalista, liberal. Visualiza o educando como aluno (sem luz), e o professor como o dono do saber que transmite, passa para o outro, sujeito vazio a ser preenchido. A autoridade é vista como autoritarismo e a liberdade é negada. A manutenção do *status quo* é potencializada pela educação bancária, método de exposição vertical e linear. A decoreba, a avaliação que cobra a repetição, a reprovação e a classificação por notas e possíveis avanços são os elementos que lhe dão força. (FIGUEIREDO, 2006, p. 4).

A pedagogia Tradicional foca a figura do professor, cuja autoridade vigia, aconselha, corrige e ensina a matéria através de aulas expositivas, cabendo ao aluno simplesmente memorizar e reproduzir os conteúdos ensinados. “Enfatizando os conteúdos objetiva disciplinar

a mente os bons hábitos” (SATO, 1997, p. 88), essa abordagem educa-o para não ser crítico, para não discordar do sistema.

Considera a transmissão do conhecimento acumulado historicamente, através da memorização, não existindo, desta forma, a interação professor-aluno, ou seja, a motivação é extrínseca e dependente do professor. “Essa visão burguesa objetiva a perpetuação das relações estabelecidas e, conseqüentemente, os conteúdos são fechados, organizados disciplinarmente e consideram o sujeito ideal e não o aluno concreto (adulto em potencial)” (SATO, 1997, p. 90).

Sobre a educação tradicional, Guimarães (2004, p. 34) coloca que:

Uma das principais críticas que são feitas à educação tradicional é que ela se baseia em uma visão mecanicista da ciência cartesiana, que simplifica e reduz os fenômenos complexos da realidade. Essa educação tradicional não pode e/ou não quer perceber as redes de poder que estrutura, as relações de dominação presentes na sociedade atual, tanto entre pessoas (relação de gênero, de minorias étnicas e culturais), entre classes sociais, quanto na relação “norte-sul” entre as nações, assim como também entre as relações de dominação que se construíram historicamente entre sociedade e natureza. São nessas relações de poder e dominação que podemos encontrar um dos pilares da crise ambiental dos dias de hoje. (GUIMARÃES, 2004, p. 34).

Esta pedagogia tradicional não permite uma nova postura do homem na sociedade, ele acaba *obedecendo* a um sistema, seguindo um *molde*, padrão de sobrevivência na sociedade. Todas estas *travas* da pedagogia tradicional emperram e dificultam que se atinja a criticidade indispensável para romper com a crise socioambiental atual. Como a Educação Ambiental visa a uma retomada de valores e à formação de consciência crítica, fazer Educação Ambiental dentro dos moldes de uma sociedade Tradicional implica quebra de paradigmas. Seria utópico pensar esse *fazer Educação e Educação Ambiental* nos moldes tradicionais que ainda *sobrevivem* na escola da atualidade.

Não se busca tratar a Pedagogia Tradicional como vilã, apenas abrir caminhos para que possamos compreender o quanto é difícil e, muitas vezes, utópico fazer Educação Ambiental dentro das escolas e do modelo de sociedade que possuímos, pois tal educação exige a transformação da pessoa, de seu modo de ver, de conceber e atuar perante a sociedade e perante a vida. Portanto, enfatizamos novamente que *O Tratado da Educação Ambiental para*

Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs, 1995) reconhece a educação como direito dos cidadãos e defende a educação transformadora. Transformadora de pensamento, de opinião, de atitudes. Então, como é possível fazer essa educação dentro de uma pedagogia que considera um indivíduo como uma *tábua rasa*, ou melhor, como um ser *vazio* de conhecimento?

Moraes (2003) salienta que:

Assim, a educação tradicional, que privilegia a transferência e a memorização de informação e a tentativa ingênua de “transmissão de experiências” ou de valores, passa a ser epistemologicamente equivocada e impossível, já que não existe o movimento da realidade para dentro do cérebro. Nada acontece de fora para dentro. Biologicamente é impossível, a reprodução do conhecimento já que a aprendizagem é um fenômeno intrinsecamente interpretativo da realidade e, portanto, implica em construção, desconstrução e reconstrução do objeto a ser conhecido. (MORAES, 2003, p. 215).

Para Moraes (2003, p. 215), no paradigma tradicional, prevalece a concepção instrucionista da educação, já que sujeito e objeto estão separados e a mediação não ocorre. “[...] constitui mais um monólogo, uma transmissão intermitente de informações e conteúdos sem que haja a criação conjunta de significados a partir do que acontece na interação entre ambos”.

Logo, para construir uma Educação Ambiental crítica e emancipatória (CARVALHO, 2004; GUIMARÃES, 2000, 2004, 2006; LOUREIRO, LAYRARGUES E CASTRO, 2000, 2002, 2006; entre outros) é preciso avançar para além das bases conservadoras presentes na sociedade atual. Precisamos buscar um paradigma educacional que:

[...] não destrua os sonhos, a utopia, a fé e a esperança, reconhecendo-os como mola propulsora, construtora e modificadora do presente, catalisadora de “ideias-farol”, de ideias iluminadoras de novos rumos, de novos caminhos que nos ajudem a sobreviver às flutuações, ao inesperado e à presença do novo em nossas vidas (MORAES, 2003, p. 179).

A Educação que se busca com a Educação Ambiental é incompatível com a pedagogia que tem sido praticada predominantemente na sociedade atual. Segundo Freire (1992), a

prática da liberdade só se expressará de maneira marcante em uma prática pedagógica em que se deem condições do sujeito refletir, descobrir e conquistar seu lugar na sociedade.

Educar e educar-se na prática da liberdade não é estender algo desde a sede do saber, até a sede da ignorância para salvar, com este saber os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem, assim, chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais [...] conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer (FREIRE, 1980, p. 26 - 27).

Assim, precisamos de uma educação que deixe a criatividade, o conhecimento *acontecer*, e que busque a reflexão do sujeito. “Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la” (FREIRE, 1980, p. 35).

Dickmann (2010, p. 14) afirma que é a partir deste pensamento Freiriano que se fundamenta um dos princípios da pedagogia do oprimido, pois “partir da realidade, do contexto do oprimido, ou seja, olhar para o mundo à sua volta e problematizar; sendo assim, o mundo [...] é objeto do conhecimento, ele é cognoscível”. A partir deste pensamento é possível pensar no fazer pedagógico da atualidade. Será que este busca a problematização da realidade? Já que essa problematização várias vezes não acontece, como é possível fazer uma Educação Ambiental crítica e emancipatória?

Vargas (2005) retrata sobre a condição político/transformadora que a educação possui e do resgate dos valores essenciais para a construção de uma sociedade justa e igualitária, pois educar é um ato político. A autora considera, ainda, que a Educação Ambiental é uma forma de educar para a cidadania.

A Educação Ambiental deve buscar a integridade do sistema e, além disso, procurar construir uma sociedade justa e ecologicamente equilibrada; deve, também, ser tratada como uma educação política, democrática, libertadora e transformadora (TOZONI-REIS, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia tradicional não respeita o aluno como indivíduo, enquanto cidadão. Cabe salientar que o molde pedagógico desta pedagogia está presente hoje nas escolas, mesmo quando os professores se dizem contra a mesma, pois tal concepção está incorporada na organização da escola e na prática do professor.

Não há intenção de tratá-la como vilã, mas abrir caminhos para que seja possível compreender o quanto é difícil e utópico se fazer Educação Ambiental dentro das escolas que possuímos nos dias atuais, pois a Educação Ambiental busca a transformação. *O Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* (TOZONI-REIS, 2007) reconhece a educação como direito dos cidadãos e defende a educação transformadora. Transformadora de pensamento, de opinião, de atitudes. Sendo assim, como é possível fazer essa educação dentro de uma pedagogia que considera um indivíduo como uma *tábua rasa*, ou melhor, como um ser *vazio* de conhecimento?

Cabe também ressaltar o caráter político da Educação Ambiental destacado por Reigota (1995) e Tozoni-Reis (2007). “Uma educação política, fundamentada numa filosofia política, da ciência da educação antitotalitária, pacifista e mesmo utópica, no sentido de exigir e chegar aos princípios básicos de justiça social, buscando uma “nova aliança” (Prigogine & Stengers) com a natureza através de práticas pedagógicas dialógicas” (*apud* REIGOTA, 1995, p. 61).

Tozoni-Reis (2007) afirma que, sendo a Educação Ambiental, uma educação política ela necessita de um posicionamento. Esse posicionamento só é possível se o indivíduo for crítico. Para tanto, deve ser educado buscando aguçar a criticidade.

A pedagogia tradicional não busca essa criticidade. O educando deve ser o menos crítico possível para não discordar do sistema que já está posto. Será, então, possível chegar a criticidade indispensável para que possamos sair dessa crise socioambiental que a população humana está vivendo? Crise esta que todos temos culpa de estarmos vivendo, mas nem todos possuem criticidade para tomar posicionamento e buscar fazer a diferença?

A pedagogia tradicional cerca de todas as formas, desde o modelo arquitetônico da escola, até a disposição dos alunos na sala da aula. Felizmente, nos dias atuais, muitos

profissionais vêm tentando romper com esta prática introduzindo um fazer pedagógico que valoriza o aluno como um sujeito que pense e age, portanto, que é capaz de enfrentar a crise socioambiental que vivemos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **As flores de abril: movimentos sociais e educação ambiental**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. **Aprender o amor: Sobre o afeto que se aprende a viver**. Campinas, SC: Papyrus, 2005.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE e MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Histórico da Educação Ambiental no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 09 Abril 2007.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 256.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DAMIAN, R. M. **Diagnostico da Sensibilização Ambiental dos alunos da 5 série B do colégio São José – Tubarão/SC: estudo de caso**. Tubarão, SC, 2004. Originalmente apresentada como trabalho de conclusão de curso ao Curso Ciências Biológicas.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e Práticas**. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2000.

DICKMANN, I. **Contribuições do pensamento pedagógico de Paulo freire para a Educação Socioambiental a partir da obra Pedagogia da Autonomia**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2010.

ERKMANN, J. **Educação Ambiental na indústria: Diagnóstico da Percepção: estudo de caso**. Tubarão, SC, 2006. Originalmente apresentado como trabalho de conclusão de curso ao curso de Ciências Biológicas.

LERÍPIO, A. A. **Gaia - um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais**. Florianópolis: UFSC, 2001. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

FIGUEIREDO, J. **As Contribuições de Paulo Freire para uma Educação Ambiental Dialógica**. Trabalho apresentado no GT 22 da 29ª Reunião Anual da ANPEd. 2006.

FORUM INTERNACIONAL DAS ONGs. **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Rio de Janeiro: 1995.

FRANÇA, Eimar. **A pedagogia Tradicional e a desigualdade de classe**. Belém do Pará, 2001. Originalmente apresentado como trabalho de conclusão de curso ao curso de Pedagogia – Orientação Educacional da Universidade da Amazônia.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GONÇALVES, C. V. P. **A globalização da Natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GONÇALVES, D.R.P. **Educação Ambiental e o Ensino Básico**. Anais do IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Florianópolis, 1990, p. 125-146.

GUIMARÃES, M. **A dimensão da educação ambiental**. Campinas: Papirus, 2001.

_____. **A formação de Educadores Ambientais**. Papirus: Campinas, 2004, p. 174.

_____. Abordagem Relacional como forma de Ação. In: GUIMARÃES, MAURO (org). **Caminhos da Educação Ambiental: Da forma à ação**. Papirus: Campinas, 2006, p. 9-16.

HIGUCHI, M. I. G.; AZEVEDO, G. C. de. Educação como processo na construção da cidadania ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, V: il, n 0, p.13 – 20, nov. 2004.

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 15. ed. São Paulo: Loyola/SP, 1998. 149 p.

LIMA, M. J. **Ecologia Humana**. Petrópolis: Vozes, 1984.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R.S. (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, M. C. **Educar na Biologia do amor e da solidariedade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PHILIPI JUNIOR, A; PELICIONI, A. C. F. Alguns Pressupostos da Educação Ambiental. In: PHILIPI JUNIOR, A; PELICIONI, A. C. F (ed.) **Educação Ambiental: Desenvolvimento de Cursos e Projetos**. São Paulo: Signus, 2000, p. 03-27.

REGHIN, J. R. B. **A Avaliação da Percepção sobre a Educação Ambiental entre os acadêmicos de um curso de nível superior**. 2002, 106 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção de Sistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/7680.pdf>>. Acesso em: 20 Abril 2007.

REIGOTA, M. **Educação ambiental e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2004.

_____. **Educação para o ambiente amazônico**. 1997. 239 p. Tese (Doutorado). Programa de Ecologia e Recursos Naturais. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 20. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1988.

SIQUEIRA, A. B. **O Direito Ambiental na legislação Brasileira: um contributo para o resgate da história**. Revista Eletrônica do Mestrado em educação Ambiental, v. 9, n. jul-dez, p. 112-123, 2002. Disponível em: <www.fisica.furg.br/mea/remea>. Acesso em: 10 Maio 2011.

SNYDERS, G. **Pedagogia Progressista**. Coimbra, Almedina, 1974.

TAGLIEBER, J. E. Uma pedagogia para a dimensão ambiental na educação. In: GUERRA, A. F. S; TAGLIEBER, J. E. (orgs.) **Educação Ambiental: Fundamentos, Práticas e Desafios**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

_____. Reflexão sobre a Formação Ambiental. In: ZAKRZEWSKI, S. B; BARCELOS, V. **Educação Ambiental e Compromisso Social**. Erechim, RS: EdiFAPES, 2004, p. 14-23.

THOMAS, K. **O Homem e o mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais**. Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Fundamentos Teóricos para uma pedagogia crítica da educação Ambiental: algumas contribuições**. Caxambu, 2007. Trabalho apresentado no GT 22 da 30ª Reunião Anual da Anped.

TOZONI-REIS, M. F. de C. Pesquisa em educação ambiental na universidade. In: TALAMONI, J. L. B.; SAMPAIO, A. C. (org) **Educação Ambiental: da prática pedagógica à cidadania**. São Paulo: Escrituras, 2003, p. 9-19.

VARGAS, L. A. **Educação Ambiental**: A base para uma ação Político/Transformadora na Sociedade. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. v. 15, jul./dez. 2005, p. 72-79.

ZAKRZEVSKI, S. B.; SATO, M. A Educação Ambiental a distância: seu alcance e possibilidades na formação docente. In: ZAKRZEVSKI, S. B; BARCELOS, V. **Educação Ambiental e Compromisso Social**. Erechim, RS: EdiFAPES, 2004, p. 99 - 122.

RECEBIDO EM 25 DE NOVEMBRO DE 2012.

APROVADO EM 23 DE JANEIRO DE 2013.